

1. Editorial

**2. O que são Mercados
Voluntários de Carbono?**

Panorama Mundo

Panorama na América
Latina e Caribe (ALC)

**3. O que são Mercados
Regulados de Carbono?**

Panorama Mundo

Panorama na América
Latina e Caribe (ALC)

**4. A COP28 e seus principais
desdobramentos**

Sumário dos resultados

Desdobramentos: Mercados
de Carbono

Implicações para a região da
América Latina e Caribe

Notícias: Mundo

Fortalecendo e construindo
confiança nos créditos de
carbono

Matérias E Notícias: ALC
SISTEMA BRASILEIRO DE
COMÉRCIO DE EMISSÕES
(SBCE)

BOX 1: Mercado de carbono
da Argentina: aprovação da
Estratégia Nacional

4. Entrevista

Mantendo a floresta em pé:
oportunidades e desafios dos
esforços brasileiros

5. Eventos

OBSERVATÓRIO DA INICIATIVA LATINO-AMERICANA E CARIBENHA PARA O MERCADO DE CARBONO - ILACC

EDITORIAL

Este terceiro boletim ILACC traz análises sobre as principais discussões e resultados da 28ª Conferência das Partes das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP28), implicações para a América Latina e Caribe (ALC) e avanços na agenda de mercados de carbono na região. Após a publicação do primeiro boletim, cujo foco foi apresentar um panorama global e da ALC nos mercados voluntários e regulados de carbono, bem como as oportunidades decorrentes da COP27 e as notícias relacionadas ao setor, e do segundo boletim, que focou na relevância de se garantir a integridade dos projetos e ativos nos mercados de carbono, o foco deste boletim está sobre os avanços e compromissos no ambiente internacional dos mercados de carbono, as consequências e oportunidades para a ALC e desenvolvimentos na região.

Durante a COP28 - principal evento anual para negociações climáticas no ambiente internacional -, realizada em Dubai, nos Emirados Árabes Unidos, as Partes negociaram o primeiro 'Global Stocktake', processo essencial na revisão e aumento de ambição das metas nacionais de redução de emissões e, com isso, para o alcance do objetivo de limitar o aquecimento global a 1,5°C acima dos níveis pré-industriais. Pela primeira vez em um texto oficial de COP houve menção explícita aos combustíveis fósseis, mencionando a necessidade de 'fazer a transição se afastando dos combustíveis fósseis'. Além disso, outro marco foi a criação de um fundo de 'Perdas e Danos', para lidar com os impactos inevitáveis das mudanças climáticas. Entretanto, as Partes saíram mais uma vez decepcionadas com os poucos avanços nas agendas de financiamento e mercados de carbono.

O setor de Uso da Terra e Florestas foi destaque, também fora das negociações oficiais. Foi lançado o Fundo para a Conservação de Florestas, capitaneado pelo Brasil, e novos compromissos financeiros foram feitos para o Fundo Amazônia e para a conservação na Papua Nova Guiné, na República do Congo e na República Democrática do Congo.

Ademais, as discussões sobre a necessidade de garantia da integridade ambiental dos créditos de carbono seguiram quentes e a agenda regulatória dos mercados de carbono seguiu avançando. Cada vez mais iniciativas de integridade ganham força, tanto do lado da oferta quanto da demanda, exigindo critérios de transparência e responsabilização. No que tange aos avanços regulatórios, destaca-se o processo de aprovação de uma lei que institui um sistema regulado de comércio de emissões no Brasil.

Seguindo a estrutura dos boletins ILACC anteriores, este boletim também apresenta os dados e o panorama dos mercados voluntários e regulados de carbono no mundo e na ALC, além de trazer algumas matérias, entrevistas e uma lista atualizada de eventos relacionados à área. As matérias tratam sobre os principais resultados da COP28, sobre as novidades na agenda de integridade dos mercados de créditos de carbono, sobre os detalhes da legislação brasileira de mercados de carbono em vias de aprovação e sobre os instrumentos de precificação de carbono na política climática argentina. Já a entrevista deste boletim é com Tasso Azevedo, Coordenador-Geral do Sistema de Estimativas de Emissões e Remoções de Gases de Efeito Estufa (SEEG) e um dos principais especialistas em florestas da região.

O QUE SÃO MERCADOS VOLUNTÁRIOS DE CARBONO?

GLOBAL OVERVIEW



Enquanto os volumes caíram, 2022 bateu recordes em preço médio dos créditos de carbono transacionados no mundo em 15 anos¹



Mercado voluntário atingiu US\$ 1,9 bilhões em valor de mercado em janeiro de 2024



Soluções Baseadas na Natureza (SBN) foram o principal impulsionador do elevado valor de mercado. Projetos de SBN, incluindo projetos florestais e de uso do solo e agricultura, representaram quase metade do mercado, com 46%



Destaque na geração de créditos de carbono em agricultura

Volume e preço médio de créditos de carbono no mercado voluntário no mundo, por categoria dos projetos

| CATEGORY | 2020 | | | 2021 | | | 2021-2022 PERCENT CHANGE | | | 2023 (YTD) |
|---|---------------------------------|-----------------|-----------------------|---------------------------------|-----------------|-----------------------|---------------------------------|----------------|-----------------------|----------------------|
| | Volume (MtCO ₂ e) | Price (USD) | Amount (USD MM) | Volume (MtCO ₂ e) | Price (USD) | Volume (USD MM) | Volume (MtCO ₂ e) | Price (USD) | Volume (USD MM) | Increase of Value |
| Forestry & land use | 242,339,151 | \$1,401,461,426 | \$5.78 | 113,253,651 | \$1,148,848,738 | \$10.14 | -53% | -18% | +75% | \$11.21 |
| Renewable energy | 214,508,581 | \$463,950,451 | \$2.16 | 94,477,042 | \$388,054,729 | \$4.16 | -57% | -17% | +93% | \$3.97 |
| Chemical processing & industrial manufacturing | 17,253,275 | \$53,877,016 | \$3.12 | 13,388,788 | \$68,531,895 | \$5.14 | -23% | +27% | +65% | \$4.69 |
| Household / Community devices | 8,867,821 | \$46,606,814 | \$5.36 | 9,070,331 | \$77,590,244 | \$8.55 | +4% | +66% | +60% | +7.33 |
| Energy efficiency / Fuel switching | 10,936,656 | \$23,583,132 | \$2.16 | 6,601,354 | \$35,577,952 | \$5.39 | -40% | +51% | +150% | \$3.69 |
| Waste disposal | 11,647,530 | \$42,292,142 | \$3.63 | 6,207,615 | \$44,870,139 | \$7.23 | -47% | +6% | +99% | \$9.00 |
| Agriculture | 987,026 | \$9,525,119 | \$9.65 | 3,783,393 | \$41,700,362 | \$11.02 | +283% | +338% | +14% | \$6.43 |
| Transportation | 5,405,466 | \$6,257,391 | \$1.16 | 176,338 | \$770,485 | \$4.37 | -97% | -88% | +277% | - |

Source: State of Voluntary Carbon Market (2023)

¹ *Paying for quality. State of Voluntary Carbon Market 2023* (<https://www.ecosystemmarketplace.com/publications/state-of-the-voluntary-carbon-market-report-2023/>)

1. Editorial

2. O que são Mercados Voluntários de Carbono?

Panorama Mundo

Panorama na América Latina e Caribe (ALC)

3. O que são Mercados Regulados de Carbono?

Panorama Mundo

Panorama na América Latina e Caribe (ALC)

4. A COP28 e seus principais desdobramentos

Sumário dos resultados

Desdobramentos: Mercados de Carbono

Implicações para a região da América Latina e Caribe

Notícias: Mundo

Fortalecendo e construindo confiança nos créditos de carbono

Matérias E Notícias: ALC

SISTEMA BRASILEIRO DE COMÉRCIO DE EMISSÕES (SBCE)

BOX 1: Mercado de carbono da Argentina: aprovação da Estratégia Nacional

4. Entrevista

Mantendo a floresta em pé: oportunidades e desafios dos esforços brasileiros

5. Eventos

O QUE SÃO MERCADOS VOLUNTÁRIOS DE CARBONO?

GLOBAL OVERVIEW



Os preços médios dos créditos nos mercados voluntários de carbono (VCM) em 2022 foram os mais elevados em 15 anos, enquanto os volumes globais caíram em relação ao pico de 2021. Este aumento de preços permitiu que o valor global do VCM se mantivesse relativamente estável em 2022, em pouco menos de US\$2 bilhões, como foi no ano anterior.

Observa-se um aumento expressivo dos créditos gerados na agricultura entre 2021 e 2022, enquanto os demais setores observaram redução do volume. No entanto, os preços dos créditos de carbono subiram em todos os setores – sinal positivo para fechamento do ano de 2022. O ano de 2023 segue incerto, e até o fechamento do relatório, verifica-se um equilíbrio dos preços. Neste contexto, espera-se um crescimento contínuo dos créditos de agricultura, à medida que os participantes no mercado procuram soluções climáticas no âmbito da Agricultura, Florestas e Outros Usos do Solo (AFOLU) que eram anteriormente subexploradas ou que se tornaram viáveis desde então após um aumento dos preços de mercado. Apesar da queda em negociações, é notável o crescimento de novos registros de projetos na categoria Transporte em 2022 – a grande maioria registrados no ACR- American Carbon Registry, refletindo o aumento de projetos de eletrificação na América do Norte.

Emissão e utilização de créditos de carbono no mundo (ref Jan/2024)

| | |
|----------------------------|----------------------|
| Projetos Registrados | 4,993 |
| Volume Total Emitido | 1,875,781,636 |
| Volume Utilizado/Cancelado | 997,458,399 |
| Volume em Circulação | 878,323,237 |

Fonte: Elaboração própria com base em dados de Climate Focus VCM Dashboard (24 Jan 2024)

Atualmente, observa-se que o mercado voluntário de carbono (VCM) está se tornando cada vez mais maduro, e os mercados de carbono de conformidade estão oferecendo novas oportunidades para o VCM sob a forma de uma demanda crescente por créditos elegíveis para o CORSIA e do Artigo 6 do Acordo de Paris. De acordo com dados de referência do início de 2024, quase metade dos volumes ainda segue em circulação, entretanto, as discussões sobre qualidade e integridade desses créditos se mantêm. Aqui, se espera uma resolução harmoniosa que reflita a grande capacidade e potencial deste mercado e suas contribuições para os demais mecanismos.

1. Editorial

2. O que são Mercados Voluntários de Carbono?

Panorama Mundo

Panorama na América Latina e Caribe (ALC)

3. O que são Mercados Regulados de Carbono?

Panorama Mundo

Panorama na América Latina e Caribe (ALC)

4. A COP28 e seus principais desdobramentos

Sumário dos resultados

Desdobramentos: Mercados de Carbono

Implicações para a região da América Latina e Caribe

Notícias: Mundo

Fortalecendo e construindo confiança nos créditos de carbono

Matérias E Notícias: ALC

SISTEMA BRASILEIRO DE COMÉRCIO DE EMISSÕES (SBCE)

BOX 1: Mercado de carbono da Argentina: aprovação da Estratégia Nacional

4. Entrevista

Mantendo a floresta em pé: oportunidades e desafios dos esforços brasileiros

5. Eventos

PANORAMA NA AMÉRICA LATINA E CARIBE (ALC)

1. Editorial

2. O que são Mercados Voluntários de Carbono?

Panorama Mundo

Panorama na América Latina e Caribe (ALC)

3. O que são Mercados Regulados de Carbono?

Panorama Mundo

Panorama na América Latina e Caribe (ALC)

4. A COP28 e seus principais desdobramentos

Sumário dos resultados

Desdobramentos: Mercados de Carbono

Implicações para a região da América Latina e Caribe

Notícias: Mundo

Fortalecendo e construindo confiança nos créditos de carbono

Matérias E Notícias: ALC
SISTEMA BRASILEIRO DE COMÉRCIO DE EMISSÕES (SBCE)

BOX 1: Mercado de carbono da Argentina: aprovação da Estratégia Nacional

4. Entrevista

Mantendo a floresta em pé: oportunidades e desafios dos esforços brasileiros

5. Eventos

Apesar de ter uma pequena parcela nas emissões globais de gases de efeito estufa, a ALC tem observado o aumento de suas emissões, principalmente por conta do desenvolvimento industrial e urbano. Portanto, é crucial que os países da região aumentem os esforços na redução das emissões e medidas adaptativas. A emissão de créditos de carbono da região tem registrado aumento. Em 2022, ALC fechou o ano com a 2ª posição em termos de geração, atrás apenas da Ásia. Deve-se observar as vantagens de se ter um protagonismo em projetos de REDD+ e SBN. Entretanto, ainda é preciso que haja uma mobilização na região melhoria da qualidade e integridade dos créditos de carbono oferecidos, e conseqüentemente, um aumento da receita.



A região ALC cresceu na representatividade global, respondendo por **27,8%** do volume total de créditos de carbono em circulação no mundo



Destaque para o aumento da geração de créditos de carbono da Colômbia..



Destaque para o grande volume de créditos de SBN gerados na região..

Volume de créditos de carbono da ALC em circulação no mundo, por fonte e país²

| | Total | mundo % | LAC % | SBN (evitadas) | SBN (remoção) | EN. RENOV. | Outros |
|-----------------|--------------------|--------------|---------------|----------------|---------------|--------------|-------------|
| Brasil | 68,368,786 | 7.8% | 28.0% | 48,956,957 | 7,515,226 | 8,756,270 | 3,140,333 |
| Peru | 42,252,181 | 4.8% | 17.3% | 40,177,431 | 6,031 | 1,061,242 | 1,007,477 |
| Colombia | 63,764,976 | 7.3% | 26.1% | 43,041,656 | 8,314,773 | 11,172,118 | 1,236,429 |
| Chile | 2,299,720 | 0.3% | 0.9% | 22,798 | 318,613 | 1,311,162 | 647,147 |
| Argentina | 1,908,725 | 0.2% | 0.8% | 0 | 0 | 1,908,725 | 0 |
| Mexico | 5,876,513 | 0.7% | 2.4% | 0 | 2,926,424 | 1,081,058 | 1,869,031 |
| Outros (approx) | 59,633,653 | 6.8% | 24.4% | 38,878,255 | 11,400,245 | 4,519,847 | 4,835,306 |
| Total | 244,104,554 | 27.8% | 100.0% | 70.1% | 12.5% | 12.2% | 5.2% |

Fonte: Elaboração própria com base em dados de Climate Focus VCM Dashboard, padrões de certificação independentes (24 Jan 2024)

A região da América Latina e Caribe segue com um grande potencial gerador de créditos de carbono, principalmente devido a suas vastas reservas naturais, floresta tropical e potencial energético. Observa-se um aumento percentual da região em relação à geração de créditos de carbono no mundo, representando 27% da geração. Entre os países da ALC, os países anteriormente líderes, como Brasil e Peru, estão cedendo espaço, devido ao aumento da emissão nos demais países da região, principalmente a Colômbia. O Brasil ainda possui o maior volume de emissões de créditos de carbono em circulação atualmente, representando quase 28% da ALC, seguido agora pela Colômbia (26,1), Peru (17,3%) e México (2,4%). Liderando o volume total em circulação, encontram-se créditos relacionados a emissões evitadas. Vale ressaltar que este volume representa apenas os principais padrões internacionais independentes, como o VCS, GS, CAR e ACR, Plan Vivo, GCC.

² The Voluntary Carbon Market Dashboard (<https://climatefocus.com/initiatives/voluntary-carbon-market-dashboard/>)

OS MERCADOS REGULADOS DE CARBONO

PANORAMA MUNDO

1. Editorial

2. O que são Mercados Voluntários de Carbono?

Panorama Mundo

Panorama na América Latina e Caribe (ALC)

3. O que são Mercados Regulados de Carbono?

Panorama Mundo

Panorama na América Latina e Caribe (ALC)

4. A COP28 e seus principais desdobramentos

Sumário dos resultados

Desdobramentos: Mercados de Carbono

Implicações para a região da América Latina e Caribe

Notícias: Mundo

Fortalecendo e construindo confiança nos créditos de carbono

Matérias E Notícias: ALC

SISTEMA BRASILEIRO DE COMÉRCIO DE EMISSÕES (SBCE)

BOX 1: Mercado de carbono da Argentina: aprovação da Estratégia Nacional

4. Entrevista

Mantendo a floresta em pé: oportunidades e desafios dos esforços brasileiros

5. Eventos

36 Sistemas de Comércio de Emissões (SCEs) implementados ou em implementação no mundo³

Além da União Europeia, são **12** países com SCEs nacionais e **23** jurisdições com SCEs subnacionais

Quase **18%** das emissões globais cobertas (aprox. **9** GtCO₂e)

Cerca de **55%** do PIB global e quase um terço da população global em jurisdições cobertas por SCEs⁴

US\$ 63 bi em receitas governamentais e valor de mercado de cerca de **US\$ 900 bi** (2022);

Preços médios crescentes (em média **US\$ 22,63** em 2022).

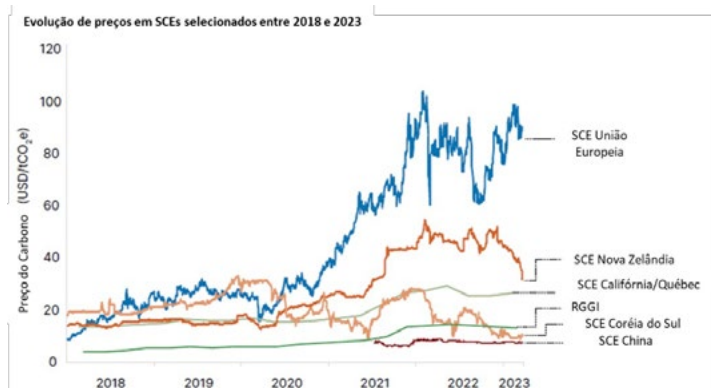
Mapa de Sistemas de Comércio de Emissões no Mundo



Source: Emissions Trading Worldwide: Status Report 2023 (ICAP, 2023)

No final de 2023 existiam 36 SCEs implementados ou em implementação no mundo, e tais sistemas cobrem cerca de 9 GtCO₂e, ou quase 18% das emissões globais de GEE. Neste contexto, cada vez mais países implementam novos mercados regulados de carbono, como no México, na Áustria, Austrália, Alemanha e na Indonésia, bem como em jurisdições subnacionais nos Estados Unidos. Além disso, países como Colômbia, Indonésia, Vietnã e Turquia continuam a trabalhar para implementar seus sistemas de comércio de emissões domésticos e outros, como o Brasil e a Tailândia, devem iniciar a implementação em breve.

Preço médio do Carbono em SCEs no Mundo (US\$/tCO₂e)



Em termos de valores, o preço médio praticado em SCEs em 2022 ficou por volta de US\$ 22,50, cerca de duas vezes o valor médio de 2020. Enquanto isso, o valor de mercado e as receitas governamentais de SCEs atingiram recordes, com cerca de US\$ 900 bilhões e US\$ 63 bilhões, respectivamente. Ao longo de 2023, houve leve queda nos preços no principal SCE no mundo, o da União Europeia, enquanto em outros SCEs, como o da Califórnia, houve alta. A consolidação de preços médios, valor de mercado e total de receitas governamentais de SCEs ao redor do mundo em 2023 deve ocorrer em breve

³ World Bank's carbon pricing dashboard (<https://carbonpricingdashboard.worldbank.org/>).

⁴ ICAP (2023). Emissions Trading Worldwide: Status Report 2023.

PANORAMA NA AMÉRICA LATINA E CARIBE (ALC)

1. Editorial

2. O que são Mercados Voluntários de Carbono?

Panorama Mundo

Panorama na América Latina e Caribe (ALC)

3. O que são Mercados Regulados de Carbono?

Panorama Mundo

Panorama na América Latina e Caribe (ALC)

4. A COP28 e seus principais desdobramentos

Sumário dos resultados

Desdobramentos: Mercados de Carbono

Implicações para a região da América Latina e Caribe

Notícias: Mundo

Fortalecendo e construindo confiança nos créditos de carbono

Matérias E Notícias: ALC

SISTEMA BRASILEIRO DE COMÉRCIO DE EMISSÕES (SBCE)

BOX 1: Mercado de carbono da Argentina: aprovação da Estratégia Nacional

4. Entrevista

Mantendo a floresta em pé: oportunidades e desafios dos esforços brasileiros

5. Eventos



Nos últimos anos, verificam-se esforços para regular as emissões de GEE no caminho da precificação do carbono em diversos países da ALC. Seja com SCEs ou tributos de carbono, é importante destacar a importância da integração desses sistemas com os mercados voluntários de créditos de carbono, assim como parcerias com o setor privado, que estimulará de forma mais acelerada o desenvolvimento dos mercados da região..

- Implementação Sistemas de Comércio de Emissões na ALC: apenas no México;
- Na Colômbia, um SCE já está em desenvolvimento (Lei aprovada);
- Brasil pode ser o próximo (legislação em tramitação).
- Além disso, a precificação do carbono na forma de tributação está presente em México, Uruguai, Argentina, Chile e Colômbia, aplicada sobre o consumo de combustíveis fósseis.

Na região ALC, o único país com um SCE implementado até o momento é o México, ainda que ainda faltem passos para a implementação plena do sistema. O *'Programa de prueba del sistema de comercio de emisiones'* é um programa piloto iniciado em 2020, com duração de 3 anos, quando entra em vigor a fase operacional. O programa cobre aproximadamente 40% das emissões nacionais. Em 2021, houve as primeiras duas alocações de permissão de emissão e a taxa de conformidade verificada foi de 97%. A fase piloto não gera impactos econômicos, mas a não conformidade reduz a alocação gratuita para a fase de operação⁶.

Na Colômbia, um SCE está em preparação após a aprovação da *Ley de Acción Climática*,

que prevê a implementação de um SCE no país – o *'Programa Nacional de Cupos Transables de Emisión de Gases de Efecto Invernadero'*. Já no Brasil, desde 2021 foram apresentados Projetos de Lei (PL) no Congresso Nacional para a regulação de um SCE no país. Em 2023, um PL foi apresentado ao Congresso Nacional e, após aprovação preliminar nas duas casas, aguarda-se a avaliação e aprovação no Senado Federal. Por fim, no Chile, a *Ley Marco de Cambio Climático* define a implementação de um instrumento de mercado para a precificação do carbono.

Outras iniciativas reguladas de precificação de carbono:

Dentre as regulações de precificação de carbono adotadas na ALC, destacam-se os tributos de carbono, em sua maioria aplicados sobre o consumo de combustíveis fósseis. México, Colômbia, Chile, Argentina e Uruguai adotam tributação de carbono.

Já no Brasil, a regulação que institui um preço de carbono aos combustíveis fósseis é uma espécie de *tradable performance standard*. O *RenovaBio* tem desenho peculiar e um ativo (CBIO) que representa 1 tCO₂e evitada ao longo do ciclo de vidas dos biocombustíveis em relação ao substituto fóssil. Este deve ser comprado pelas distribuidoras para o cumprimento de metas regulatórias.

As regulações de precificação de carbono na América Latina e Caribe estão surgindo, e com isso, espera-se avanços em suas respectivas implementações, envolvendo desafios e oportunidades que emergem especificamente em cada país.

A COP28 E SEUS PRINCIPAIS DESDOBRAMENTOS:

1. Editorial

2. O que são Mercados Voluntários de Carbono?

Panorama Mundo

Panorama na América
Latina e Caribe (ALC)

3. O que são Mercados Regulados de Carbono?

Panorama Mundo

Panorama na América
Latina e Caribe (ALC)

4. A COP28 e seus principais desdobramentos

Sumário dos resultados

Desdobramentos: Mercados
de Carbono

Implicações para a região da
América Latina e Caribe

Notícias: Mundo

Fortalecendo e construindo
confiança nos créditos de
carbono

Matérias E Notícias: ALC
SISTEMA BRASILEIRO DE
COMÉRCIO DE EMISSÕES
(SBCE)

BOX 1: Mercado de carbono
da Argentina: aprovação da
Estratégia Nacional

4. Entrevista

Mantendo a floresta em pé:
oportunidades e desafios dos
esforços brasileiros

5. Eventos



Sumário dos Resultados

Após certa frustração na 27ª Conferência das Partes das Nações Unidas (COP27), a COP28, ocorrida em Dubai, nos Emirados Árabes trouxe algumas surpresas. Logo no primeiro dia, as Partes finalmente chegaram a um acordo e anunciaram o lançamento de um fundo de 'Perdas e Danos', para compensar os países mais vulneráveis pelos prejuízos causados pela mudança do clima. O pleito, capitaneado pelos países insulares, existia há mais de trinta anos, sendo essa a primeira vez em que um resultado substancial foi alcançado. Entretanto, ao final da COP28 as Partes haviam se comprometido a destinar menos de US\$ 1 bilhão ao fundo - que será administrado pelo Banco Mundial nos primeiros quatro anos -, um montante absolutamente insuficiente para lidar com o problema.

Em relação à agenda mais ampla de financiamento climático - que inclui a resolução das divergências entre os países para o alcance da meta de US\$ 100 bilhões anuais em financiamento climático para os países em desenvolvimento, bem como a definição de novas metas anuais para o futuro - não houve avanço significativo. Os países em desenvolvimento saíram frustrados pela inexistência de novos compromissos financeiros para apoiar agendas como a transição energética e adaptação às mudanças climáticas, apesar de os países desenvolvidos continuarem afirmando que cumprirão a meta de US\$ 100 bilhões. [1]

A Conferência foi marcada por tensões e riscos das negociações não saírem do lugar. A discussão sobre o texto do primeiro Balanço Global de Emissões (em inglês, Global

Stocktake) - fundamental para o aumento das ambições e esforços dos países para o limitar o aumento da temperatura do planeta a 1,5°C - foi um dos destaques. Embora não tenha contemplado todos os aspectos de ambição e medidas esperadas, trouxe dados, conceitos, termos e encaminhamentos de certo modo inovadores em decisões das COPs.

Ademais, as resoluções no Global Stocktake mencionam, pela primeira vez em um texto oficial da COP, o compromisso dos países em 'fazer a transição se afastando dos combustíveis fósseis'. Apesar de menos contundente do que uma eliminação gradual de fósseis, esse compromisso foi de certa forma surpreendente e histórico, dada a expectativa de que uma conferência nos Emirados Árabes, protagonista na exportação de petróleo, evitasse menção aos combustíveis fósseis, como ocorreu em COPs anteriores. Apesar da desconfiança, além desse marco histórico ainda se incluíram menções ao objetivo de triplicar a capacidade instalada de energia renovável e dobrar a taxa de melhorias de eficiência energética até 2030, bem como se previu a operacionalização do Programa de Trabalho de Transição Justa (UAE Just Transition work programme).

Desdobramentos: Mercados de Carbono

A COP27 trouxe alguns poucos avanços na definição do funcionamento do comércio de resultados de mitigação entre os países, sem, no entanto, abordar a operacionalização e definições técnicas necessárias. Neste sentido, a COP28 também decepcionou, pois se esperava

1. Editorial

2. O que são Mercados Voluntários de Carbono?

Panorama Mundo

Panorama na América Latina e Caribe (ALC)

3. O que são Mercados Regulados de Carbono?

Panorama Mundo

Panorama na América Latina e Caribe (ALC)

4. A COP28 e seus principais desdobramentos

Sumário dos resultados

Desdobramentos: Mercados de Carbono

Implicações para a região da América Latina e Caribe

Notícias: Mundo

Fortalecendo e construindo confiança nos créditos de carbono

Matérias E Notícias: ALC
SISTEMA BRASILEIRO DE COMÉRCIO DE EMISSÕES (SBCE)

BOX 1: Mercado de carbono da Argentina: aprovação da Estratégia Nacional

4. Entrevista

Mantendo a floresta em pé: oportunidades e desafios dos esforços brasileiros

5. Eventos

uma definição mais clara das regras para o Artigo 6º, o que não ocorreu. Depois de extensas negociações e rascunhos de decisões, os países não chegaram a um acordo sobre os elementos para implementar os instrumentos de mercado de carbono dos artigos 6.2 e 6.4 do Acordo de Paris. Em relação ao 6.2, questões sobre os requisitos de transparência e supervisão geraram grande desavenças, com alguns países advogando por regras mais rigorosas – com destaque para a UE -, enquanto outros por regras mais flexíveis – com destaque para os EUA. Já nas discussões sobre o 6.4, a definição apropriada de linhas de base para projetos, comprovação de adicionalidade dos projetos e prevenção de vazamento de carbono foram temas contenciosos. Como tratar créditos de remoção e de conservação florestal também foi tema indefinido. Sendo assim, os mecanismos de mercado do Acordo de Paris seguem aguardando definições para a sua operacionalização.

Fora das negociações oficiais, as discussões sobre integridade dos projetos de créditos de carbono do mercado voluntário tiveram destaque. Neste contexto, GHG Protocol, Science Based Targets Initiative (SBTi), Voluntary Carbon Markets Integrity Initiative (VCMI) e Integrity Council for Voluntary Carbon Markets (ICVCM) lançaram um framework focado em garantir a alta qualidade e integridade das iniciativas, contando com o apoio de cada instituição nas ações climáticas [2].

Implicações para a região da América Latina e Caribe

Um grande marco da COP28 foi o anúncio da operacionalização do fundo de perdas e danos. Neste sentido, o fundo vai beneficiar países em desenvolvimento afetados pelas mudanças climáticas, e isso pode representar uma fonte de recursos para países da região que sejam castigados pelo fenômeno. Adicionalmente, os países reafirmaram o compromisso com o multilateralismo e permanecem unidos nos esforços para alcançar as metas do Acordo. Neste sentido, a necessidade de ampliar o financiamento disponível para países em desenvolvimento, como os da América Latina e Caribe (ALC) e fortalecer os diálogos de

Sharm el-Sheikh foi reforçada. Além disso, a capacitação e engajamento nos países em desenvolvimento, priorizando povos indígenas e populações locais se torna prioridade – o que pode vir a beneficiar os países da região ALC.

As decisões da COP28 ainda enfatizam a necessidade de acelerar a implementação de medidas de mitigação, inclusive por meio da cooperação voluntária mencionada no Artigo 6º do Acordo de Paris. Também ressaltam a importância de soluções baseadas na natureza (SBN) e de medidas de adaptação, além da necessidade de maiores esforços para interromper e reverter o desmatamento e a degradação florestal até 2030, entre outros ecossistemas terrestres e marinhos. Tais definições fortalecem e dão luz ao protagonismo da região ALC.

Na COP28, o Brasil surpreendeu alguns ao confirmar sua entrada na OPEP+, Organização dos Países Exportadores de Petróleo, extensão da OPEP para países que podem colaborar com os temas, mas não têm direito a voto. Por outro lado, apresentou dados importantes, como a redução do desmatamento na Amazônia, e lançou o Fundo para Conservação de Florestas, que busca ajudar a financiar a manutenção de florestas em pé em oitenta países tropicais, com objetivo de capitalização de US\$ 250 bilhões. Dentre várias outras iniciativas, o governo brasileiro anunciou R\$ 120 bilhões ao longo de 10 anos na parceria entre Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA), Embrapa, Banco do Brasil e Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para recuperar pastagens degradadas por meio da pecuária e agricultura regenerativa [3].

A próxima Conferência, COP29, será realizada em Baku, Azerbaijão, que assim como os Emirados Árabes Unidos, também é produtor de combustíveis fósseis. No entanto, em 2025, a COP30 retorna a um país latino-americano e será realizada em Belém do Pará, no Brasil. Se bem estruturado, tal evento pode se tornar uma janela de oportunidades para os interesses da América Latina e Caribe, principalmente em relação ao financiamento climático, transição energética justa e combate ao desmatamento e proteção das florestas.

[1] <https://www.carbonbrief.org/cop28-key-outcomes-agreed-at-the-un-climate-talks-in-dubai/#9>

[2] <https://icvcm.org/achieving-high-integrity-corporate-climate-action-animation-and-infographic-launched-by-international-organizations-driving-and-supporting-corporate-climate-transitions/>

[3] <https://capitalreset.uol.com.br/clima/cop/governo-apresenta-programa-de-us-120-bi-para-recuperar-pastagens/>

NOTÍCIAS: MUNDO

FORTALECENDO E CONSTRUINDO CONFIANÇA NOS CRÉDITOS DE CARBONO



1. Editorial

2. O que são Mercados Voluntários de Carbono?

Panorama Mundo

Panorama na América Latina e Caribe (ALC)

3. O que são Mercados Regulados de Carbono?

Panorama Mundo

Panorama na América Latina e Caribe (ALC)

4. A COP28 e seus principais desdobramentos

Sumário dos resultados

Desdobramentos: Mercados de Carbono

Implicações para a região da América Latina e Caribe

Notícias: Mundo

Fortalecendo e construindo confiança nos créditos de carbono

Matérias E Notícias: ALC
SISTEMA BRASILEIRO DE COMÉRCIO DE EMISSÕES (SBCE)

BOX 1: Mercado de carbono da Argentina: aprovação da Estratégia Nacional

4. Entrevista

Mantendo a floresta em pé: oportunidades e desafios dos esforços brasileiros

5. Eventos

Em meio a volumosos questionamentos sobre a origem, contabilidade e integridade na geração de créditos de carbono no mercado voluntário, inúmeras controvérsias e denúncias de *greenwashing*, principalmente relacionadas a projetos florestais, observou-se o nascimento de iniciativas que buscam solucionar e dar credibilidade a este mercado com grande potencial de crescimento. Entre elas estão: a Iniciativa Voluntária de Integridade dos Mercados de Carbono (VCMI) e o Conselho de Integridade para os Mercados Voluntários de Carbono.

A VCMI [1] se configura como uma organização internacional sem fins lucrativos com o objetivo de promover mercados voluntários de carbono de alta integridade. Ela serve como plataforma multi-stakeholder para promover credibilidade, integridade e liquidez dos créditos de carbono no mercado voluntário, e é cofinanciada pela *Children's Investment Fund Foundation* (CIFF) e pelo Departamento para as Empresas, Energia e Estratégia Industrial do Reino Unido (BEIS). Em 2023, por exemplo, a Iniciativa lançou um código de conduta (Código de Prática de Reivindicações) para orientar as empresas na compra de créditos do mercado voluntário.

Já o Conselho [2] se caracteriza como um órgão de governança independente que estabelece padrões e regras para melhorias na coordenação e geração dos créditos de carbono. Neste sentido, estabelece os critérios detalhados para avaliar se os créditos de carbono e as categorias de créditos de carbono atendem aos Princípios Básicos de Carbono (sigla em inglês, CCPs ou Core Carbon Principles), e se avaliados como elegíveis para

CCP, os projetos poderão usar o rótulo CCP em créditos de carbono de categorias aprovadas.

As iniciativas supracitadas junto com as organizações We Mean Business Coalition (WMB), Climate Disclosure Project (CDP), Science Based Targets initiative (SBTi) e GHG Protocol lançaram um framework focado em garantir a alta qualidade e integridade das iniciativas, demonstrando também como cada uma delas desempenha papel complementar no apoio a ações climáticas [3].

Entre os fatores que impulsionam questionamentos no mercado de carbono voluntário, estão a falta de qualidade técnica, fiscalização e rastreabilidade, além da ausência de mecanismos auditáveis. Portanto, é preciso fortalecer tais iniciativas, pois, se casos de falta de integridade se tornarem frequentes, pode-se ter um enfraquecimento de um mecanismo tão importante para conservação e preservação de florestas, o que demandará esforços adicionais para empresas descarbonizarem.

Para além das iniciativas coletivas em prol da maior credibilidade e integridade dos créditos de carbono, é preciso contar com a confiança dos ofertantes e demandantes, estabelecendo uma relação de ganha-ganha que se baseie em princípios éticos e que olhe para o desenvolvimento sustentável dos mercados e consequentemente de seus players. Por fim, a presença de bases legais robustas e de eficiente fiscalização desempenha um papel crucial na integridade dos créditos, garantindo também transparência e previsibilidade do mercado.

[1] <https://vcmintegrity.org/about/>

[2] <https://icvcm.org/>

[3] <https://icvcm.org/achieving-high-integrity-corporate-climate-action-animation-and-infographic-launched-by-international-organizations-driving-and-supporting-corporate-climate-transitions/>

MATÉRIAS E NOTÍCIAS: ALC

SISTEMA BRASILEIRO DE COMÉRCIO DE EMISSÕES (SBCE)



1. Editorial

2. O que são Mercados Voluntários de Carbono?

Panorama Mundo

Panorama na América Latina e Caribe (ALC)

3. O que são Mercados Regulados de Carbono?

Panorama Mundo

Panorama na América Latina e Caribe (ALC)

4. A COP28 e seus principais desdobramentos

Sumário dos resultados

Desdobramentos: Mercados de Carbono

Implicações para a região da América Latina e Caribe

Notícias: Mundo

Fortalecendo e construindo confiança nos créditos de carbono

Matérias E Notícias: ALC

SISTEMA BRASILEIRO DE COMÉRCIO DE EMISSÕES (SBCE)

BOX 1: Mercado de carbono da Argentina: aprovação da Estratégia Nacional

4. Entrevista

Mantendo a floresta em pé: oportunidades e desafios dos esforços brasileiros

5. Eventos

Em 21 de Dezembro de 2023, a Câmara dos Deputados aprovou o projeto de lei que regulamenta o mercado de carbono no Brasil (PL 2148/15), criando o Sistema Brasileiro de Comércio de Emissões de Gases de Efeito Estufa (SBCE) e trazendo disposições sobre o registro e transação de créditos de carbono no país para fins de compliance doméstico e internacional. Ainda pendente de aprovação no Senado Federal e Sanção Presidencial, esta lei representa uma grande oportunidade e um marco histórico na agenda brasileira de combate às mudanças climáticas.

Primeiro, a criação de um mercado regulado de carbono brasileiro ocorre em um dos momentos mais críticos da crise climática até agora, potencializando o Brasil como líder global e oportunizando novas investimentos, a promoção da inovação e a proteção e recuperação de áreas florestais – elemento protagonista no país. Além disso, a aprovação representa uma luta histórica de muitos estudiosos no tema, desde a publicação de um dos estudos mais completos no que diz respeito a mecanismos de precificação, o

Partnership for Market Readiness (PMR) [1], até as mais recentes e longas discussões na Câmara e no Senado para alterações de texto e emendas do inicialmente PL 412/2022 [2] (posteriormente apensado ao PL 2148/15 [3]).

Em síntese, o SBCE funcionará como um sistema clássico de comércio de emissões, estabelecendo um limite de emissões de GEE para um conjunto de atores regulados. Este limite é traduzido em cotas de emissão, distribuídas aos entes regulados, que podem transacionar entre si para conciliar suas emissões reais com cotas equivalentes. A isso se soma a possibilidade de uso de créditos de carbono registrados para fins de compliance. A legislação define que empresas que emitem mais de 10 mil toneladas de dióxido de carbono equivalente (tCO₂e) por ano estarão sujeitas à obrigação de mensuração, relato e verificação (MRV) de emissões, sendo necessário apresentar um plano de monitoramento das emissões à entidade responsável pela gestão do mercado. Já as empresas que ultrapassarem 25 mil tCO₂e ao ano estarão sujeitas às obrigações de compliance no âmbito do SBCE,



A legislação define que empresas que emitem mais de 10 mil toneladas de dióxido de carbono equivalente (tCO₂e) por ano estarão sujeitas à obrigação de mensuração, relato e verificação (MRV) de emissões, sendo necessário apresentar um plano de monitoramento das emissões à entidade responsável pela gestão do mercado.

1. Editorial

2. O que são Mercados Voluntários de Carbono?

Panorama Mundo

Panorama na América Latina e Caribe (ALC)

3. O que são Mercados Regulados de Carbono?

Panorama Mundo

Panorama na América Latina e Caribe (ALC)

4. A COP28 e seus principais desdobramentos

Sumário dos resultados

Desdobramentos: Mercados de Carbono

Implicações para a região da América Latina e Caribe

Notícias: Mundo

Fortalecendo e construindo confiança nos créditos de carbono

Matérias E Notícias: ALC

SISTEMA BRASILEIRO DE COMÉRCIO DE EMISSÕES (SBCE)

BOX 1: Mercado de carbono da Argentina: aprovação da Estratégia Nacional

4. Entrevista

Mantendo a floresta em pé: oportunidades e desafios dos esforços brasileiros

5. Eventos



tendo que conciliar suas emissões relatadas com cotas de emissões e/ou créditos de carbono, enviando ao órgão gestor do SBCE um relato de conciliação periódica de obrigações anualmente. O texto, porém, excluiu do escopo do SBCE a atividade agropecuária, segundo maior emissor nacional, atrás da mudança do uso do solo.

Além disso, a legislação traz disposições sobre o mercado nacional de créditos de carbono. Criar-se-á um registro central para créditos de carbono que acompanhará os ativos desde o seu registro até a sua aposentadoria. Para cadastro no registro central, os créditos de carbono deverão cumprir uma série de requisitos, ainda a definir, relacionados à metodologia, padrão de certificação, transparência, entre outros. Créditos de carbono registrados passarão a ser considerados Certificados de Redução ou Remoção Verificada de Emissões (CRVEs) e, apenas a partir daí,

poderão ser negociados para fins de compliance no âmbito do SBCE. Além disso, os créditos de carbono brasileiros que almejem ser alvo de transferências internacionais – em particular sob o Artigo 6º do Acordo de Paris –, deverão necessariamente passar pelo credenciamento como CRVEs, como forma de garantia de maior controle e credibilidade da oferta nacional.

Em relação à natureza jurídica, as cotas de emissão do SBCE e os créditos de carbono gerados serão considerados ativos mobiliários e estarão sujeitos a regulamentação da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), porém, apenas quando negociados no mercado financeiro e de capitais.

Em meio a discussões sobre as recentes definições e questionamentos sobre os arranjos estabelecidos, o PL segue para o Senado Federal. Se houver mudanças, o projeto retornará à Câmara para reavaliação.



Para cadastro no registro central, os créditos de carbono deverão cumprir uma série de requisitos, ainda a definir, relacionados à metodologia, padrão de certificação, transparência, entre outros.

[1] <https://www.gov.br/mdic/pt-br/assuntos/competitividade-industrial/pmr/partnership-for-market-readines-pmr>

[2] <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/151967>

[3] <https://www.camara.leg.br/propostas-legislativas/1548579>

Mais informações sobre as definições do mercado de carbono brasileiro podem ser encontradas em:

<https://www.camara.leg.br/noticias/1029046--approve-project-que-regulamenta-o-market-de-carbon-no-brasil-acompanhe/>

1. Editorial

2. O que são Mercados
Voluntários de Carbono?

Panorama Mundo

Panorama na América
Latina e Caribe (ALC)

3. O que são Mercados
Regulados de Carbono?

Panorama Mundo

Panorama na América
Latina e Caribe (ALC)

4. A COP28 e seus principais
desdobramentos

Sumário dos resultados

Desdobramentos: Mercados
de Carbono

Implicações para a região da
América Latina e Caribe

Notícias: Mundo

Fortalecendo e construindo
confiança nos créditos de
carbono

Matérias E Notícias: ALC

SISTEMA BRASILEIRO DE
COMÉRCIO DE EMISSÕES
(SBCE)

BOX 1: Mercado de carbono
da Argentina: aprovação da
Estratégia Nacional

4. Entrevista

Mantendo a floresta em pé:
oportunidades e desafios dos
esforços brasileiros

5. Eventos

BOX 1

MERCADO DE CARBONO DA ARGENTINA:
APROVAÇÃO DA ESTRATÉGIA NACIONAL

Num contexto de promoção do desenvolvimento sustentável, erradicação da pobreza e integridade ambiental, a Argentina promulgou, em 2017, a lei de Reforma Tributária nº 27.430, onde se estabeleceu o imposto sobre o carbono dos combustíveis fósseis em todos os setores.

Em 14 de novembro de 2023, através da Resolução 385/2023 [1] do Ministério do Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, foi aprovada a Estratégia Nacional para a Utilização dos Mercados de Carbono (ENUMeC) [2]. A ENUMeC estabelece nove estratégias e 63 ações para a implementação de mercados de carbono na Argentina, e inclui em seu escopo a participação e acesso a todos os mercados de carbono novos e existentes, regulados e voluntários, subnacionais, nacional e internacional. Além disso, a Estratégia também abrange todos os setores e gases de efeito estufa do Inventário Nacional.

Até o momento, a Argentina possui projetos em sua maioria associados a energias renováveis e compensações florestais, e o objetivo é que se oportunize uma expansão. Assim, a resolução 385/2023 e consequentemente a ENUMeC figuram um quadro jurídico nacional ainda em desenvolvimento para regulação e avanço do mercado de carbono nacional.

Entre as principais medidas estabelecidas na Estratégia, estão a promoção da interação do mercado nacional com o Artigo 6º do Acordo de Paris e com outros mercados regulados nacionais, subnacionais e internacionais, e o apoio a participação do setor privado em mercados voluntários, alinhados com a política climática nacional e ao cumprimento dos compromissos climáticos. Para tanto, a implementação exigirá o desenvolvimento de roteiros específicos consistentes com as circunstâncias, prioridades e capacidades nacionais e subnacionais. Além disso, acordos e consenso entre os diversos intervenientes e instituições serão necessários. Nesta linha, a Estratégia propõe a criação de um Gabinete Nacional de Mercados de Carbono e a criação de um grupo consultivo ad-hoc de especialistas para prestar apoio técnico. Por fim, havia o plano de promover o desenvolvimento e implementação de um sistema de Monitoramento, Relato e Verificação (MRV), como o Sistema Nacional de Inventário de Gases de Efeito Estufa da Argentina (SNI-GEI-AR) e o Registro Nacional de Projetos de Mitigação das Mudanças Climáticas (ReNaMi). Com a troca de governo argentino e a mudança de visão, será importante acompanhar os próximos passos para verificar a continuidade ou não da implementação de tais dispositivos.



Link de información complementaria o fuente: [Mercados de carbono en Argentina | Argentina.gob.ar/](https://www.argentina.gob.ar/sites/default/files/2023/06/2023_estrategia_nacional_para_el_uso_de_los_mercados_de_carbono_en_argentina.pdf) | [Mercados de carbono en Argentina | Argentina.gob.ar/](https://www.argentina.gob.ar/sites/default/files/2023/06/2023_estrategia_nacional_para_el_uso_de_los_mercados_de_carbono_en_argentina.pdf);

Dados de Contato:

Referencias bibliográficas:

[1] <https://www.boletinoficial.gob.ar/detalleAviso/primera/298356/20231114>

[2] https://www.argentina.gob.ar/sites/default/files/2023/06/2023_estrategia_nacional_para_el_uso_de_los_mercados_de_carbono_en_argentina.pdf

https://www.globalcompliance.com/2024/01/09/https-insightplus-bakermckenzie-com-bm-energy-mining-infrastructure_1-argentina-carbon-markets-national-strategy-approved_21122023/

ENTREVISTA 1

MANTENDO A FLORESTA EM PÉ: OPORTUNIDADES E DESAFIOS DOS ESFORÇOS BRASILEIROS

María Elisa – Virídios



Apesar do enorme potencial da América Latina e do Caribe (ALC) para serem fornecedores e participantes ativos neste mercado, a região não tem estado tão envolvida quanto poderia devido a vários fatores, como a falta de demanda interna por créditos de carbono, treinamentos insuficientes para o desenvolvimento e implementação de projetos de alta integridade, e a ausência de infraestrutura e conhecimento para tratar os créditos de carbono como uma classe de ativos. Na Virídios AI (VAI), estamos focados em expandir o acesso aos mercados de carbono por meio de dados e inteligência de mercado e ajudar a preencher algumas dessas lacunas de conhecimento.

Em resposta a estes desafios, estabelecemos uma aliança estratégica com o Banco de Desenvolvimento da América Latina - CAF afim de apoiar os interessados em participar nos mercados de carbono da região. Nossa colaboração visa facilitar o monitoramento das tendências na ALC e no mundo em preços, oferta e demanda de créditos por tipo de projeto, publicando dados atualizados em cada edição do boletim informativo. Como o foco no mercado tem sido tradicionalmente mais global, procuramos dar uma perspectiva regional aos compradores e vendedores no mercado.

O mercado de carbono está passando por uma rápida transição de um espaço “voluntário” para

um espaço regulado pelos países da região. Por exemplo, a Colômbia implementou um sistema nacional de avaliação com a opção de utilizar créditos do mercado voluntário. Agora, países como Brasil, Chile, Argentina e outros estão a definir como aproveitar o mercado de carbono para financiar os seus objetivos de descarbonização e desenvolvimento.

Na Virídios AI buscamos apoiar os participantes interessados em atuar neste mercado, fornecendo-lhes informações fundamentais para a tomada de decisões. Por esta razão, na nossa plataforma, os utilizadores podem agora identificar projetos elegíveis para o Artigo 6 do Acordo de Paris a serem negociados entre países para cumprirem as suas Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDC). Além disso, no futuro, nossos usuários poderão identificar facilmente créditos que podem ser utilizados em mercados domésticos de compliance.

Diante dessas considerações, convidamos todos a explorar os boletins já lançados pela Iniciativa Latino Americana e do Caribe para o Mercado de Carbono, assim como os próximos que estão por vir contando com nossa colaboração. Temos como objetivo o fortalecermos coletivo deste mercado tão promissor, unindo esforços entre governos, iniciativa privada e vocês!



Em resposta a estes desafios, estabelecemos uma aliança estratégica com o Banco de Desenvolvimento da América Latina - CAF afim de apoiar os interessados em participar nos mercados de carbono da região



Mais informações em: <https://scioteca.caf.com/handle/123456789/2155>

1. Editorial

2. O que são Mercados Voluntários de Carbono?

Panorama Mundo

Panorama na América Latina e Caribe (ALC)

3. O que são Mercados Regulados de Carbono?

Panorama Mundo

Panorama na América Latina e Caribe (ALC)

4. A COP28 e seus principais desdobramentos

Sumário dos resultados

Desdobramentos: Mercados de Carbono

Implicações para a região da América Latina e Caribe

Notícias: Mundo

Fortalecendo e construindo confiança nos créditos de carbono

Matérias E Notícias: ALC
SISTEMA BRASILEIRO DE COMÉRCIO DE EMISSÕES (SBCE)

BOX 1: Mercado de carbono da Argentina: aprovação da Estratégia Nacional

4. Entrevista

Mantendo a floresta em pé: oportunidades e desafios dos esforços brasileiros

5. Eventos

1. Editorial

2. O que são Mercados Voluntários de Carbono?

Panorama Mundo

Panorama na América Latina e Caribe (ALC)

3. O que são Mercados Regulados de Carbono?

Panorama Mundo

Panorama na América Latina e Caribe (ALC)

4. A COP28 e seus principais desdobramentos

Sumário dos resultados

Desdobramentos: Mercados de Carbono

Implicações para a região da América Latina e Caribe

Notícias: Mundo

Fortalecendo e construindo confiança nos créditos de carbono

Matérias E Notícias: ALC

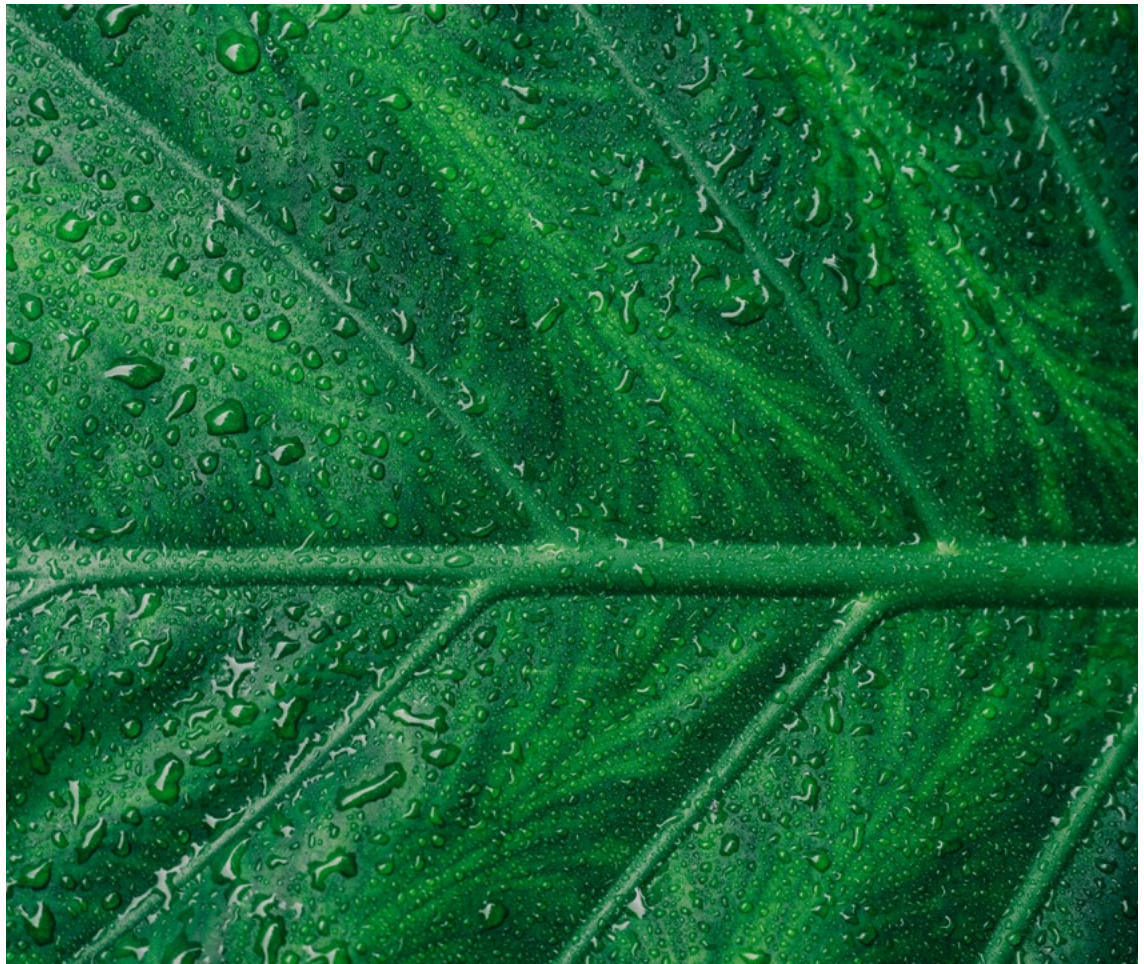
SISTEMA BRASILEIRO DE COMÉRCIO DE EMISSÕES (SBCE)

BOX 1: Mercado de carbono da Argentina: aprovação da Estratégia Nacional

4. Entrevista

Mantendo a floresta em pé: oportunidades e desafios dos esforços brasileiros

5. Eventos



ILACC – BREVE APRESENTAÇÃO

O objetivo da Iniciativa Latino-Americana e do Caribe para o Desenvolvimento do Mercado de Carbono (ILACC) é promover a competitividade global da oferta de créditos de carbono gerados na região da América Latina e Caribe (LAC), fortalecendo as condições para futuros mercados voluntários e regulados e ampliando seu impacto na geração de emprego, renda, novas tecnologias, clusters de negócios verdes e combate à pobreza.

EVENTOS

2024 ECOSOC Partnership Forum

30th January 2024

<https://sdgs.un.org/2024ECOSOCPartnershipForum>

20th meeting of the Executive Committee of the Warsaw International Mechanism for Loss and Damage

12th March - 15th March 2024

<https://unfccc.int/event/WIMExCom20>

Annual Adaptation Forum 2024 by the Adaptation Committee

18th March - 19th March 2024

<https://unfccc.int/event/2024-ac-adapt-forum>

2024 Ocean Decade Conference

10th April -12th April 2024

<https://www.unesco.org/en/articles/2024-ocean-decade-conference>

1. Editorial

2. O que são Mercados Voluntários de Carbono?

Panorama Mundo

Panorama na América Latina e Caribe (ALC)

3. O que são Mercados Regulados de Carbono?

Panorama Mundo

Panorama na América Latina e Caribe (ALC)

4. A COP28 e seus principais desdobramentos

Sumário dos resultados

Desdobramentos: Mercados de Carbono

Implicações para a região da América Latina e Caribe

Notícias: Mundo

Fortalecendo e construindo confiança nos créditos de carbono

Matérias E Notícias: ALC
SISTEMA BRASILEIRO DE COMÉRCIO DE EMISSÕES (SBCE)

BOX 1: Mercado de carbono da Argentina: aprovação da Estratégia Nacional

4. Entrevista

Mantendo a floresta em pé: oportunidades e desafios dos esforços brasileiros

5. Eventos

COMITÊ EDITORIAL:

Jorge Arbache - VP Sector Privado CAF
Gladis Genua - Directora CAF
Federico Vignati - Executivo Principal (Coordenação CAF)
Agustin Fregossi - Executivo Principal
Nelson Larrea - Executivo Principal
Marcelo dos Santos - Executivo Senior
René Gómez- Garcia - Executivo Senior
Fernando Branger - Executivo Senior
Pablo Galindez - Executivo Senior
Juan Odriozola - Economista Principal
Jaime Paz - Executivo Senior
Boris Olivás - Executivo Principal
Patricio Scaff - Executivo Principal
Hernan Vidal - Abogado Principal

CONSULTOR:

Bruno Paino

COLABORADORES:

Claudia Prates (BNDES)
Eduardo Piquero (MÉXICO2)
rédierrick Perron-Welch (CAF)

EQUIPE TÉCNICA - UFRJ:

Emilio Lèbre La Rovere (Coordenação), D.Sc.
Luan Santos, DSc.
Thauan Santos, DSc.
Guido Penido, MSc.
Carolina Grangeia, MSc.

TRADUÇÃO:

Ruth Carola Mittrany (Centro Clima / COPPE / UFRJ)

DESENHO::

Tundra Taller Creativo | Tundra.pe

FOTOGRAFIA: Adobe Stock, Unsplash

PONTOS FOCAIS DA ILACC:

| | |
|---|-----------------|
| Emiliano Fernandez | AFD |
| Marcelo de Campos e Silva | Banco do Brasil |
| Gabriel Maceron Santamaria | Banco do Brasil |
| Maria Soledad Ovando Green | BANCOESTADO |
| Solange Andrea Encina Acosta | BANCOESTADO |
| Claudia Marcela Gutierrez Cardenas | BANCOLDEX |
| Maria Fernanda Manrique Diaz | BANCOLDEX |
| Ana Villalta | BANDESAL |
| Edna Ayala | BANDESAL |
| Maya Leon | BANDESAL |
| Ariel Zabala | BDP |
| Felipe Bellott | BDP |
| Pablo Mazzino | BICE |
| Claudia Pimentel Trindade Prates | BNDES |
| Lorena Sanchez Campanella | BROU |
| Andrea Plua | CFN |
| Maria Isabel Moncayo | CFN |
| Paul Bringas | COFIDE |
| Navin Dookeran | EXIMBANK |
| Yoganan Dipchan | EXIMBANK |
| Ashwin Haresh Harpalani | ICO |
| Ivan Vicente Cornejo | NAFIN |
| Daniel Vazquez | NAFIN |
| Karen Garcia | NAFIN |